

SUBJETIVIDADE E PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS A PARTIR DE DUAS INVESTIGAÇÕES

Subjectivity and Social Psychology of Work: Theoretical-Methodological Reflections from Two Investigations

Subjetividad y Psicología Social del Trabajo: Reflexiones Teórico-Methodológicas a partir de Dos Investigaciones

Subjectivité et Psychologie Sociale du Travail : Réflexions Théoriques et Méthodologiques à partir de Deux Recherches

10.5020/23590777.rs.v22i1.e11405

Geruza Tavares D'Avila

Docente do curso de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da Residência Multiprofissional da Saúde da Família (RMSF) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Thainara Granero de Melo

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Resumo

O presente artigo problematiza a relação entre subjetividade e trabalho na pesquisa em Psicologia Social do Trabalho (PST). O objetivo é explicitar as características da PST e as possíveis relações com abordagens teórico-metodológicas distintas, especialmente, a partir de duas pesquisas de doutorado que abordaram a relação entre subjetividade e trabalho em contextos distintos, urbano e rural. A primeira delas, realizada entre 2010 e 2014, foi fundamentada na Psicologia Sócio-histórica e buscou compreender a trajetória e os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais egressos de uma universidade da região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. A segunda investigação, por sua vez, foi desenvolvida com base na Psicossociologia e Sociologia Clínica, e realizada entre 2015 e 2019 na região nordeste do Estado de São Paulo, Brasil, junto a um grupo de trabalhadores rurais assentados. Apesar de realizados em distintos espaços e tempos, observamos, ao revisitar as teses, a sinalização de uma tendência dos trabalhadores/as à luta pelos lugares de forma mais individualizada no mundo precarizado do trabalho, o que denota o quanto a produção das subjetividades é relacionada ao trabalho e às condições objetivas em que vivemos.

Palavras-chave: subjetividade; trabalho; psicologia social do trabalho; pesquisa qualitativa.

Abstract

This article problematizes the relationship between subjectivity and works in research in Social Psychology of Work (PST). The objective is to explain PST characteristics and the possible relationships with different theoretical-methodological approaches, especially from two doctoral pieces of research that addressed the relationship between subjectivity and work in different contexts, urban and rural. The first of them, carried out between 2010 and 2014, was based on Socio-Historical Psychology and sought to understand the trajectory and meanings attributed to work by young professionals who graduated from a university in the metropolitan region of Rio de Janeiro/RJ, Brazil. The second investigation, in turn, was developed based on Psychosociology and Clinical Sociology and carried out between 2015 and 2019 in the northeast region of the State of São Paulo, Brazil, with a group of settled rural workers. Despite being carried out in different spaces and times, when revisiting the theses, we observed a sign of a tendency of workers to fight for places in a more

individualized way in the precarious world of work, which denotes how much the production of subjectivities is related to work and the objective conditions in which we live.

Keywords: *subjectivity; work; social psychology of work; qualitative research.*

Resumen

El presente artículo problematiza la relación entre subjetividad y trabajo en la investigación en Psicología Social del Trabajo (PST). El objetivo es explicitar las características de la PST y las posibles relaciones con enfoques teórico-metodológicos distintos, especialmente, a partir de dos investigaciones de doctorado que enfocaron la relación la relación entre subjetividad y trabajo en distintos contextos, urbano y rural. La primera de ellas, realizada entre 2010 y 2014, fue basada en la Psicología Socio-histórica y buscó comprender la trayectoria y los sentidos asignados al trabajo por jóvenes profesionales egresos de una universidad de la región metropolitana del Rio de Janeiro/RJ, Brasil. La segunda investigación, por su parte, fue desarrollada con base en la Psicología Social y Sociología Clínica, y realizada entre 2015 y 2019 en la región nordeste del Estado de São Paulo, Brasil, junto a un grupo de trabajadores rurales asentados. Aunque realizados en distintos espacios y tiempos, observamos, al revisar las tesis, la señalización de una tendencia de los trabajadores a la lucha por los sitios de forma más individualizada en el mundo precarizado del trabajo, lo que indica lo cuanto la producción de subjetividades es relacionada al trabajo y a las condiciones objetivas en que vivimos.

Palabras clave: *subjetividad; trabajo; psicología social del trabajo; investigación cualitativa.*

Résumé

Cet article traite de la relation entre subjectivité et travail dans la recherche en psychologie sociale du travail (PST). L'objectif est d'expliquer les caractéristiques de la PST et les relations possibles avec différentes approches théoriques et méthodologiques, en particulier à partir de deux recherches doctorales qui ont abordé la relation entre la subjectivité et le travail dans différents contextes, urbains et ruraux. La première d'entre eux, a été réalisée entre 2010 et 2014, et basée sur la psychologie socio-historique. Cette recherche voulait comprendre la trajectoire et les significations attribuées au travail de jeunes professionnels diplômés d'une université de la région métropolitaine à Rio de Janeiro/RJ, Brésil. La deuxième enquête, à son tour, a été développée sur la base de la psychosociologie et de la sociologie clinique, et réalisée entre 2015 et 2019 dans la région nord-est de l'État de São Paulo, au Brésil, avec un groupe de travailleurs ruraux sédentaires. Bien que menées dans des espaces et des temps différents, nous avons observé, en revisitant les recherches doctorales, le signal d'une tendance des travailleurs à "lutter pour des places" de manière plus individualisée dans le monde du travail précaire, ce qui dénote à quel point la production de subjectivités est-elle liée au travail et aux conditions objectives dans lesquelles nous vivons.

Mots-clés : *subjectivité ; travaille ; psychologie sociale du travail ; recherche qualitative.*

A Psicologia Social do Trabalho (PST) é um campo de estudos que tem se debruçado sobre as recentes transformações dos sujeitos e dos modos de trabalhar, especialmente na América Latina. Com uma trajetória de construção relativamente recente que compreende as últimas três décadas, a PST emergiu do entrecruzamento entre os aportes da Psicologia Social Sociológica e Crítica, que se contrapunham aos enfoques tradicionais e positivistas sobre o trabalho, e os problemas concretos enfrentados pelos trabalhadores, sobretudo no contexto latino-americano, tais como o processo de reestruturação produtiva, o desemprego, a precarização, as injustiças sociais e formas de resistência dos sujeitos (Esteves et al., 2017). Nessa conjuntura, a PST começa a ser desenvolvida como uma vertente dedicada ao estudo do trabalho como um fenômeno psicossocial, complexo e determinado pelas condições objetivas e subjetivas da realidade social (Bernardo et al., 2017).

Sem um corpo teórico-metodológico específico, a PST se beneficia do conhecimento proveniente de outras disciplinas, para compreender o trabalho a partir da perspectiva dos próprios sujeitos (Sato, 2017). Interessa conhecer sobre as experiências concretas e cotidianas dos trabalhadores em diferentes contextos e situações, sejam eles vinculados ao mercado de trabalho formal, informal e/ou em outras economias. Sobre o termo *trabalho informal*, Sato (2017, p. 155) explica que “é uma das denominações bastante utilizadas, mas é problemática, pois congrega situações muito heterogêneas, o que reduz o seu potencial descritivo e explicativo”. O objetivo deste artigo é explicitar como os pressupostos da PST podem ser articulados com outras abordagens teórico-metodológicas para melhor compreender a relação entre subjetividade e trabalho.

Dessa forma, exercitamos este diálogo revisitando os dados primários de dois estudos empíricos¹ que realizamos durante nossos doutorados. As pesquisas, de natureza qualitativa, abordaram a relação entre subjetividade e trabalho a partir da PST e de aportes críticos e clínicos.

O primeiro estudo buscou compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais cujos diplomas foram obtidos em uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro, Brasil (D'Avila, 2014; D'Avila & Coutinho, 2019). Nesta pesquisa, a categoria subjetividade foi entendida a partir da Psicologia Sócio-Histórica, portanto, considerando o trabalho em diferentes momentos das trajetórias educacionais e laborais dos jovens recém-graduados. Além disso, ao historicizar os movimentos laborais, reconhecem-se também as marcas e as projeções das suas famílias quanto à inserção laboral em suas respectivas áreas de formação.

O segundo estudo investigou a trajetória de um grupo de 70 trabalhadores rurais que, desde 2004, estão assentados em uma área de reforma agrária do estado de São Paulo, Brasil (Melo, 2019). Respalado em um quadro teórico-metodológico que combinou os pressupostos da PST com abordagens da Psicossociologia e Sociologia Clínica, o estudo propôs entender a relação entre subjetividade e trabalho em cooperação como um processo atravessado por ambiguidades, imprevisibilidades e processualidades.

Assim sendo, considerando ambos os estudos apresentados, ressaltamos as complementaridades e diferenças entre as formas de conceber a relação entre subjetividade e trabalho, bem como categorias interpretativas e estratégias metodológicas possíveis de serem articuladas a partir dos casos apresentados. Sugerimos que este diálogo, de um lado, pode acrescentar aos estudos do trabalho outras perspectivas analíticas para situações em que as relações entre o prescrito e o real do trabalho não são tão evidentes ou que não correspondem aos formatos organizativos tradicionais. De outro, pode explicitar os limites e contribuições das referências produzidas nos países do Norte, advogando-se a construção de um conhecimento atento à realidade latino-americana, tal como afirmam Coutinho (2015) e Sato et al. (2017).

O texto a seguir, portanto, está dividido em cinco partes. Na primeira parte caracterizamos a Psicologia Social do Trabalho e os principais fundamentos que orientam a análise das categorias subjetividade e trabalho. Na segunda parte tomamos como referência nossos estudos sobre subjetividade e trabalho em PST para traçar as linhas de diálogo com as abordagens críticas e clínicas da Psicologia. Na terceira parte descrevemos os recursos e percursos metodológicos utilizados para estabelecer esse diálogo. Na quarta parte apresentamos as categorias analíticas que emergiram dessa articulação. E na parte final tecemos considerações sobre esse diálogo, apontando para as particularidades e possibilidades de pesquisas em PST.

Caracterizando a Psicologia Social do Trabalho (PST)

A PST é um campo de estudos que investiga as relações do humano e do social no trabalho. As pesquisas em PST tomam o trabalho como categoria central na tarefa de compreender os processos de constituição do sujeito, seus modos de vida e subjetividades no cenário contemporâneo. Este ramo da Psicologia Social Crítica questiona de que maneira as condições e relações de trabalho se articulam aos modos de ser, seja ao constranger as formas de reconhecimento das singularidades e da coletividade; seja quanto ao significar potência de enfrentamento, de inventividade e de transformação de si e do mundo (Sato et al., 2017).

Compreender as nuances e complexidades da relação entre subjetividade e trabalho não é uma tarefa simples, na perspectiva da PST. Suas lentes devem se direcionar, simultaneamente, às diferentes intercessões entre as dimensões macro e micro, o objetivo e o subjetivo, o coletivo e o singular, o material e o simbólico, tomando como objeto privilegiado o ponto de vista do próprio trabalhador sobre suas experiências (Coutinho & Oliveira, 2017).

Existem, para tanto, alguns pressupostos-chave que norteiam a análise da relação entre subjetividade e trabalho, como pontuam, por exemplo, Títtoni e Nardi (2011):

- (a) subjetividade e trabalho é uma relação histórico-social: a noção de trabalho e os sentidos a ele atribuídos são modulados por componentes históricos e sociais que conformarão certos modos de agir, pensar e sentir;
- (b) é uma relação entre estrutura-agência: subjetividade e trabalho são constantemente dinamizados e transformados, bem como constrangidos, por uma determinada estrutura social e modo de produção. Entende-se que o sujeito busca atuar sobre a sua própria realidade, enquanto também sofre constrangimentos de diferentes ordens;
- (c) é uma relação de poder: os jogos de poder e as posições ocupadas pelos sujeitos tensionam as possibilidades de exercício de agência, tanto desafiando quanto reproduzindo relações de dominação e insubordinação no trabalho.

1 Os estudos foram autorizados pelos Comitês de Ética e Pesquisa com Seres Humanos das respectivas instituições em que as pesquisadoras estavam vinculadas quando desenvolveram as teses de doutorado.

- Assume-se, portanto, uma concepção de sujeito que não é livre para fazer o que pretende, como pressupõe a racionalidade neoliberal; tampouco incorpora passivamente as regras e os domínios do outro;
- (d) é uma relação do cotidiano: subjetividade e trabalho extrapolam o contexto de trabalho e configuram modos de viver que ganham sentido a partir da experiência cotidiana.

A definição desses pressupostos tem como origem os trabalhos sobre subjetividade e trabalho no campo da saúde em contextos organizacionais tradicionais e urbanos. Posteriormente, outras situações de trabalho informal e formatos organizativos passaram a compor o escopo de investigação da PST. Além disso, tais pressupostos estão vinculados à perspectiva crítica assumida pela PST, especialmente influenciada pela Psicologia Social Sociológica e o pensamento latino-americano (Sato et al., 2017).

A análise proposta pela PST também não se limita aos aspectos normativos que ordenam uma determinada rotina e atividade de trabalho. Nesse sentido, cabe a investigação não só das condições objetivas de trabalho, como também dos mecanismos de poder, das formas com que os trabalhadores mobilizam a mudança e de que maneira contornam e subvertem o prescrito (Esteves et al., 2017). Para a PST, a apreensão desse universo singular e subjetivo geralmente acontece a partir de um olhar voltado às práticas do cotidiano. Isso significa estar sensível às sutilezas das relações, às práticas imprevisíveis e criativas dos sujeitos mediadas pelas condições concretas no trabalho (Coutinho & Oliveira, 2017).

Em razão dessa complexidade, a PST, como campo de estudos heterogêneo, não se estabelece a partir de conhecimentos e métodos únicos, permitindo que as análises da relação entre subjetividade e trabalho estejam em um constante diálogo com categorias interpretativas e suas perspectivas metodológicas oferecidas por outras disciplinas e abordagens convergentes, a exemplo dos pressupostos críticos e clínicos. Sato et al. (2017, p. 16) mencionam o diálogo estabelecido com “a ciência política, a sociologia, a antropologia, a história e a geografia política”. Vejamos, a seguir, como essas aproximações entre a PST e as abordagens da Psicologia Sócio-histórica e da Psicossociologia/Sociologia Clínica guiaram a análise da relação entre subjetividade e trabalho, a partir de duas pesquisas conduzidas pelas autoras, doravante descritas como Estudo 1 e Estudo 2.

Subjetividade e Trabalho: Possíveis Diálogos entre a PST e os Aportes Críticos e Clínicos

O primeiro diálogo que abordaremos é o que se estabelece entre a PST e as perspectivas críticas, como a Psicologia Sócio-histórica. Nessa aproximação teórica, assume-se uma noção de subjetividade a partir das obras de Lev S. Vygotsky que fundamentaram a problematização de diversas categorias da Psicologia Social. O autor orienta-se “pelo método dialético, busca compreender os processos de transformação interna, subterrâneos, mas que têm caráter social, defendendo o pressuposto de que a vida psíquica é lugar de luta entre impulsos contraditórios” (Sawaia, 2014, p. 13).

A Psicologia Sócio-histórica reafirma três elementos cruciais para a investigação da relação subjetividade-trabalho em PST, a saber: a integração entre individual e coletivo; entre mundo material e simbólico; entre historicidade e singularidade. Conforme descreve Sawaia (2014, p. 5), essa abordagem:

Afirma a materialidade, mas nega o determinismo estrutural e a ordem natural dos fenômenos, apresentando uma concepção muito profícua de que a materialidade já contém a subjetividade historicamente incrustada, o que significa que a materialidade não é física, e que a subjetividade não é ideia pura: ambas são configuradas e configuram a história pela mediação do trabalho.

Baseadas em Sawaia (2014) e em Molon (2015) podemos dizer que a subjetividade não se configura como uma substância em si mesma, pois a transformação do objetivo em subjetivo depende, fundamentalmente, da codificação dos fatos concretos em algo “cognoscível”, mediados pelos signos e significados socialmente produzidos. Nessa direção, Molon (2015, pp. 120-121) aponta que a subjetividade “significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu. [...] implica a intersubjetividade, [...] é a fronteira entre o público e o privado”.

É nessa articulação, entre as experiências e a dimensão da subjetividade, em que encontramos a consciência, que se processa de maneira singular os significados, resultando na produção de sentidos (Vygotsky, 2007). Essas diferenciações conceituais entre *significado e sentido*, propostas pelo autor, deram importante contribuição para inúmeros estudos em PST que abordam a produção de sentidos nos contextos de trabalho, conforme indicam Coutinho e Oliveira (2017).

Considerando esses pressupostos, o Estudo 1 buscou investigar os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens bacharéis entendendo que “no capitalismo contemporâneo, dotado de uma lógica destrutiva ampliada, o centro da transformação social ainda está radicado no *conjunto* da classe trabalhadora” (Antunes, 2018, p. 87, grifo do autor). A formulação desse quadro teórico permitiu confrontar os sentidos atribuídos ao trabalho com os movimentos de inserção e permanência laboral, qualificando a discussão da entrada na vida profissional como um fenômeno histórico e social (D'Avila & Coutinho, 2019). Como afirmam Machado e Silva (2015, p. 309):

Os jovens, que desde cedo têm expectativas quanto a sua profissão, escolhem o seu percurso de formação no Ensino Superior acreditando que poderão desenvolver as competências necessárias para alcançar seu objetivo profissional. Entretanto, pode existir uma lacuna entre o percurso formativo e o percurso profissional.

Em um contexto de desigualdades sociais como o que estrutura a sociedade brasileira, o ingresso no mercado de trabalho pode ser tão ou mais difícil quanto ingressar e concluir uma graduação, sobretudo quando a lógica do mercado responsabiliza o próprio trabalhador pela sua não inserção profissional, desconsiderando todo o contexto em que o egresso se encontra.

O segundo diálogo que propomos é o da PST com abordagens das chamadas *Clínicas do Trabalho*, conceito guarda-chuva que abarca vertentes como: Psicodinâmica do Trabalho (C. Dejours), Ergologia (Y. Schwartz), Clínica da Atividade, (Y. Clot), Psicossociologia Francesa e Sociologia Clínica (E. Enriquez, J. Barus-Michel e V. de Gaulejac). As duas últimas abordagens, por exemplo, analisam a articulação entre sujeito e sociedade atrelada aos fenômenos psíquicos e inconscientes (Nunes & Silva, 2018).

O modo como essas correntes conceituam a subjetividade possui semelhanças com as perspectivas mencionadas anteriormente, pois concebe o sujeito como produto e produtor da história, sujeito e assujeitado aos códigos sociais, normas, instituições e leis simbólicas (Gaulejac, 2004a). A diferença estaria na elucidação dos “bastidores” (Enriquez, 1997) das relações, da conflitualidade fundamental entre campo social e campo afetivo que articula e desarticula a subjetividade. Assim, embora não se adote o trabalho como categoria principal de análise, tais abordagens entendem que o trabalho também é depositário dos componentes narcísicos, dos desejos e afetos que repercutem na construção (ou ausência) de sentido no trabalho, e na maneira como os sujeitos manobram esses constrangimentos em diferentes níveis: pessoal, grupal e macrosocial (Araújo, 2013).

No Estudo 2, os aportes da Psicossociologia e Sociologia Clínica, em articulação com a PST, possibilitaram aprofundar a compreensão da dimensão subjetiva do trabalho em cooperação nos assentamentos rurais. É comum encontrar na literatura leituras romantizadas, ou estritamente racionais, sobre a cooperação nestes territórios. A título de exemplificação, Melo e Scopinho (2018, p. 71, grifos das autoras) afirmam as distintas classificações dos trabalhadores/as das ruralidades, problematizando que a “dualidade identitária agricultor familiar *versus* camponês também pode comportar diferentes concepções de cooperação e cooperativismo”. Isso porque, como explica Scopinho (2017), além de orientar o processo de transformação social e política dos trabalhadores, a cooperação também tem um forte aspecto normativo nos assentamentos, sendo uma regra definida pelo poder público para que os trabalhadores possam acessar e gerir os recursos. Como esses critérios nem sempre correspondem à realidade concreta e às expectativas dos trabalhadores, podem reproduzir desigualdades mais do que a emancipação pretendida.

Em contrapartida, o estudo abordou o trabalho em cooperação como um problema complexo que não pode ser condicionado a um simples arranjo formal, tampouco às escolhas racionais e individuais (Sato et al., 2011). Os trabalhadores adaptam, negociam ou contestam a cooperação na constante interação cotidiana com as instituições, organizações, poderes, vínculos e identidades, conformando sentidos e práticas diversas (Araújo & Carreteiro, 2005). A partir desse quadro teórico-metodológico, a pesquisa identificou, nesse contexto, a vivência de um tipo *exigente* de cooperação (Sennett, 2012), atravessada por domínios de *ambiguidade, imprevisibilidade e processualidade*.

Os Recursos e Percursos da Investigação

Vimos até o momento que a discussão sobre subjetividade e trabalho em PST pode envolver várias disciplinas, de modo a desenvolver uma reflexão conceitual e multirreferencial sobre diferentes contextos de trabalho, sejam eles urbanos ou rurais. Coutinho e Oliveira (2017) destacam que essa diversidade também se refere ao percurso trilhado por cada pesquisa, em que os recursos e ferramentas metodológicas escolhidas para explorar o objeto de estudo podem variar de acordo com a realidade investigada. Nossos estudos demonstram que o foco nas trajetórias (laborais e de cooperação) dos trabalhadores, sejam elas individuais ou grupais, e o uso de entrevistas combinadas às ferramentas inspiradas no método socioclínico foram estratégias frutíferas para proceder a investigação.

Ao escolhermos abordar as trajetórias dos trabalhadores, concordamos com os autores referenciados por D’Avila & Coutinho, (2019) que levam em conta a dimensão processual dos percursos forçados nos/pelos contextos de trabalho. Coutinho (2009, p. 200) propõe as trajetórias como uma estratégia de investigação das biografias dos trabalhadores: “[...] o olhar para o futuro é marcado pelas contradições do passado e do presente e pelas possibilidades de cada um ressignificar os sentidos produzidos ao longo de suas trajetórias identitárias”. Assim, “dizer a história é abrir a possibilidade de compreender o presente e pensar o futuro” (Barus-Michel, 2004, p. 135). A exploração das trajetórias também não deixa de ser trabalho de historicidade que, mesmo não alterando a história, tem potencial para esclarecer as contradições vividas pelos trabalhadores no presente e suas projeções de um futuro diferente.

Essa compreensão só fez sentido quando confrontada com as particularidades empíricas de cada estudo. No Estudo 1, por exemplo, optou-se por investigar as trajetórias laborais dos recém-formados, especificamente os movimentos nesse percurso: logo depois da formatura na primeira graduação em um campus de uma universidade federal, criado mais recentemente com recursos de programa do governo. No caso desse grupo social, era coerente pensar em trajetórias, e não em carreira e/ou escolhas individuais. Ainda que Sato (2017) esteja mencionando a configuração do trabalho nas feiras livres – diferente das trajetórias laborais analisadas no Estudo 1 –, é importante apontar que “além das questões de gênero e de divisão sexual do trabalho, outros motivos forjam trajetórias de trabalho que não são, necessariamente, opções individuais, mas um caminho quase natural, dado o contexto familiar e social” (Sato, 2017, pp. 168-169).

Desse modo, a criação de um campus universitário em uma das cidades localizadas na periferia da região metropolitana fomentou a possibilidade de alguns jovens tornarem-se a primeira geração de suas famílias a obterem diplomas em curso superior numa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Assim, a investigação de como esses sujeitos pensavam e se emocionavam com seus próprios movimentos laborais auxiliou a desvelar a construção social não só dessa categoria social, como também a entender como os diferentes momentos das trajetórias ou movimentos em direção ao trabalho foram desenhadas por todos/as aqueles/as que constituem suas redes de relações.

No Estudo 2, fez sentido explorar a trajetória do grupo de trabalhadores por se tratar de um assentamento com 20 anos de história e experiências substanciais de cooperação, construídas a partir da relação com inúmeras instituições e agentes governamentais e não governamentais. Assim, a trajetória foi um recurso fundamental para analisar, desde uma perspectiva longitudinal, como determinados discursos e visões de cooperação pretendidas nos desenhos das políticas de desenvolvimento rural. Em níveis mais amplos, as trajetórias eram negociadas, rejeitadas e interpretadas pelos sujeitos em interação com os agentes institucionais e nos diferentes tempos e espaços do processo organizativo do assentamento.

A coconstrução das possíveis versões dessas trajetórias incluiu a utilização de ferramentas típicas do método qualitativo – como as entrevistas – articuladas a outras estratégias de inspiração socioclínica. Em ambas as pesquisas, lançamos mão das entrevistas individuais como um mecanismo privilegiado para explorar a visão, os juízos e as reflexões dos interlocutores sobre sua própria situação (Minayo, 2010). Formulamos, para tanto, um roteiro com *tópicos-guia* (Gaskell, 2001) que serviram como uma referência flexível para a discussão de temas que pretendíamos explorar, podendo ser modificado de acordo com as necessidades e os direcionamentos da pesquisa (Zago, 2003).

No Estudo 1 a entrevista foi o principal instrumento para levantar as informações sobre as trajetórias dos participantes da pesquisa. As questões abordavam a condição socioeconômica dos entrevistados, a rede de relações dos jovens e suas trajetórias de trabalho. Participaram do estudo 16 jovens egressos de três diferentes cursos de graduação de um mesmo campus universitário, criado sob estímulo de um programa governamental, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096, 2007).

As entrevistas também foram parte fundamental do método construído para o Estudo 2, mas não a principal estratégia. Por abordar um grupo relativamente grande, as entrevistas individuais foram um primeiro recurso para explorar a diversidade do espectro de opiniões e de representações sobre a cooperação. Das 79 famílias que viviam na área, 70 aceitaram participar das entrevistas e contar sobre suas trajetórias antes e depois da mudança para o assentamento, seu histórico de participação nas organizações existentes no assentamento (três cooperativas e uma associação) e opiniões sobre as experiências de gestão coletiva das políticas implantadas na área.

Ainda que as entrevistas sejam um mecanismo favorável de aproximação da realidade social estudada, nenhum método dá conta de captar o problema em todas as suas dimensões (Zago, 2003). Além disso, quando o sujeito dá a sua versão, ele privilegia um determinado significado em função daquilo que pretende comunicar ao interlocutor. Essa mesma opinião, em outro recorte temporal e espacial, pode dar lugar a outros arranjos de sentido (González Rey, 2002). Daí a importância da pesquisa em PST se valer de recursos metodológicos distintos que possibilitem não só conhecer e dialogar individualmente com os trabalhadores, como também estabelecer outros espaços de comunicação sobre as suas trajetórias.

Por esse motivo, as ferramentas de inspiração socioclínica também compuseram parte de nossas investigações, funcionando como um recurso complementar para esclarecer aqueles aspectos que, como descreve Minayo (2010), são difíceis de serem tratados diretamente pelas entrevistas. Essa articulação entre as ferramentas só foi possível porque a perspectiva clínica toca em um aspecto caro à pesquisa em PST: o engajamento do pesquisador com o ponto de vista do trabalhador (Ribeiro et al., 2017). A expressão *clínica* tanto denota essa posição de implicação, em que o conhecimento é co-construído a partir do exercício dialógico de interpretação da realidade compartilhada, quanto de escuta da subjetividade e das determinações sociais o mais próximo possível das vivências dos sujeitos (Gebrin & Andreotti, 2016). Cabe esclarecer, ainda, que a palavra *inspiração* significa que nenhum dos estudos se caracterizou como uma investigação propriamente clínica, uma vez que não nos orientamos por outros princípios da Epistemologia Clínica, como a demanda e a transferência.

Outras particularidades teóricas e empíricas também motivaram essa escolha. Por exemplo, ainda que o Estudo 1 tenha adotado uma noção de trajetória laboral assentada na perspectiva teórica materialista histórica, no campo investigativo

optou-se pela Trajetória Socioprofissional, com base na análise das trajetórias sociais explicitada pelo sociólogo clínico Gaulejac (2014) e utilizado na versão apresentada por Soares & Sestren (2007). Como também expusemos na tese (D'Avila, 2014), esta ferramenta foi incluída na mesma ocasião de realização das entrevistas com os jovens, tendo em vista a impossibilidade de uma pesquisa longitudinal junto aos participantes da pesquisa. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que envolveu investigações de histórias singulares, os desenhos das trajetórias socioprofissionais funcionaram como um recurso complementar à entrevista individual que, analisadas a partir da fala de cada participante, colocam em perspectiva a relação do sujeito com a história e o sistema social (Gaulejac, 2005).

Nas entrevistas, os interlocutores desenharam sua trajetória socioprofissional na forma e com o conteúdo que se sentissem à vontade, ainda que algumas normas tenham sido estabelecidas para o processo da pesquisa e na relação com a própria pesquisadora, conforme destacado em D'Avila (2014). Aguiar e Ozella (2013) também sugerem os desenhos, além de outros instrumentos de pesquisa, como uma forma de ajudar a se chegar aos núcleos de significação, nossa inspiração para a análise das informações levantadas, cujo conteúdo será abordado na próxima seção.

No Estudo 2 a inspiração na pesquisa clínica refletia uma certa continuidade ao caminho teórico traçado na pesquisa, já que os aportes da Psicossociologia e Sociologia Clínica compartilham essa perspectiva de investigação. Contudo, a pesquisa não lançou mão de nenhum recurso próprio dessa abordagem, como aconteceu no Estudo 1. Ao invés disso, optou-se por duas ferramentas de monitoramento reflexivo (Van Mierlo et al., 2010), por terem uma aplicação mais adequada ao contexto dos trabalhadores. A primeira delas – os *workshops de linha do tempo* – reuniu grupos de assentados para elaborar, em retrospecto, um traçado das experiências, memórias e aprendizados sobre o cotidiano da cooperação através da reflexão coletiva, bem como rastrear a relação do grupo com instituições e organizações em diversos arranjos, projetos e intervenções que pressupunham a cooperação. A linha do tempo também permitiu a elaboração da segunda estratégia – a *história audiovisual do aprendizado* – que consistiu na produção de um vídeo de 15 minutos para documentar a trajetória dessas experiências a partir do depoimento dos trabalhadores e apoiadores. O vídeo foi disponibilizado na internet e serviu como material de restituição da pesquisa aos assentados.

Outra diferença em relação ao Estudo 1 foi o tempo disponível para recorrer a tais ferramentas, que no Estudo 2 ocorreu três anos após a realização das entrevistas individuais. Essa lacuna temporal foi necessária para se construir uma relação de confiança com os trabalhadores, refletindo na formação de um espaço coletivo e de reflexão próprio da pesquisa.

Portanto, vemos que a articulação entre ferramentas e pressupostos semelhantes, como foi o caso da combinação entre entrevistas e estratégias de inspiração clínica, pode ser acionada por diferentes motivações, seja pela impossibilidade de se realizar individualmente uma pesquisa longitudinal ou, ao contrário, porque o campo possibilita explorar em maior profundidade a trajetória coletiva de trabalhadores que vivem cotidianamente uma determinada realidade. De todo modo, os estudos reafirmam aquilo que apontam os autores da PST: um único recurso metodológico é insuficiente para abarcar a complexidade da relação entre subjetividade e trabalho, sendo necessário combinar estratégias variadas, desde que sejam coerentes com a posição epistemológica adotada e construída na relação estabelecida com os/as trabalhadores/as.

Categorias Analíticas

Na pesquisa em PST, são inúmeras as categorias analíticas que podem ajudar a compreender como o trabalho e a subjetividade se constituem nas mais diferentes situações sociais. A definição das categorias deve ocorrer a partir da constante contextualização e confronto entre o conhecimento sobre o trabalho e a complexidade das experiências concretas dos trabalhadores (Coutinho & Oliveira, 2017).

No Estudo 1, os resultados puderam ser organizados em torno de quatro núcleos de significação – conforme recomendações de Aguiar & Ozella, (2013): as mediações familiares e de escolarização, a universidade na vida dos jovens, a trajetória laboral e as concepções de trabalho (D'Avila & Coutinho, 2019).

Assim, o primeiro núcleo de significação foi sintetizado em torno das redes de relações sociais, mais especificamente, familiares e de escolarização e, nelas, o fato de os entrevistados indicarem a necessidade de “darem certo” seus projetos profissionais e de vida. As experiências e vivências dos jovens profissionais apontaram um esforço familiar para possibilitar apoio, subjetivo e objetivo, quanto à não interrupção dos estudos, principalmente do Ensino Médio (EM) para as Instituições de Ensino Superior (IES), poupando-os da obrigação do trabalho ao longo desse percurso. Um dos economistas entrevistados exemplifica tal situação: “minha obrigação sempre foi estudar só” (D'Avila, 2014, p. 177).

Por outro lado, as famílias dos entrevistados enfrentaram outras condições sociais, políticas e econômicas que não as poupavam do trabalho remunerado, afastando-as da possibilidade de dedicação integral às atividades de estudo. Por isso, quando Sato, (2017) menciona que as famílias também podem ser analisadas em PST – ainda que nesse primeiro estudo não tenhamos realizado uma análise da família em si –, a família aparece nos discursos dos entrevistados, quando se dão conta

de algumas expectativas e trajetórias familiares importantes para o seu próprio percurso. Além disso, ficam implícitos os processos de subjetivação que se coadunam com a definição de subjetividade apontada por Molon (2015).

O que também fica evidente são os efeitos dos programas de ampliação ao acesso ao ensino superior na vida dos entrevistados. J., turismólogo egresso da referida universidade e participante da pesquisa afirma: “[...] fiquei muito surpreso porque esse curso parece que veio pra mim, né, porque jamais imaginaria que uma universidade pública teria um curso superior [...] em [cidade onde o campus se localiza, onde J. morava]” (D’Avila, 2014, p. 195). Além disso, chama a atenção que a maioria dos jovens entrevistados são a primeira geração em suas famílias a ingressarem no ensino superior público (D’Avila & Coutinho, 2019).

Assim, no segundo núcleo de significação pudemos identificar como muito significativas as vivências dentro da universidade em suas trajetórias, transformando suas visões sobre a vida de uma maneira geral. F., economista, indica que “[...] a universidade abriu a minha cabeça um pouco mais pro mundo, assim, essas coisas, aí me deu perspectivas de coisas melhores pra minha vida [...] eu queria aprender... eu acho que a faculdade foi muito boa pra minha vida” (D’Avila, 2014, p. 217). Destacamos também uma tendência ao alongamento da escolarização como um projeto de vários profissionais, similares ao discurso de C., mais uma das economistas participantes da investigação: “[...] ficar só com a graduação é pouco, né, hoje em dia... [...] tem que fazer alguma coisa depois da graduação, porque [...] todo mundo gradua por aí hoje” (D’Avila, 2014, p. 219).

Como dissemos em D’Avila e Coutinho (2019), nos dois últimos núcleos de significação analisados, identificamos o quanto as trajetórias laborais desses entrevistados foram marcadas pela continuidade em seus estudos e em sua inserção laboral, considerando que naquele momento pesquisado, no Brasil os índices de desemprego estavam mais baixos. No entanto, os discursos dos entrevistados revelam o quanto possuem dúvidas em relação ao seu futuro laboral, tendo em vista que o processo de inserção e permanência laboral não depende exclusivamente deles próprios, mas de uma série de condições objetivas que se impõe em suas vidas. O trecho enunciado por C. sintetiza essa ideia: “[...] se eu passasse em um programa de mestrado com bolsa, ótimo, se eu passasse sem bolsa, eu não faria, e... e se eu não passasse, o que que eu ia fazer? [risos] Eu ia voltar pra casa? Eu ia arrumar emprego?” (D’Avila, 2014, p. 218). Logo, as concepções de trabalho permearam toda a construção de suas trajetórias de trabalho e de suas antecipações quanto ao futuro (D’Avila & Coutinho, 2019), uma situação semelhante que foi detalhada no estudo de Machado e Silva (2015).

No Estudo 2, o processo de interpretação da trajetória dos trabalhadores assentados resultou na identificação de cinco categorias analíticas: instituições, organizações, poderes, vínculos e identidades. As categorias permitiram construir uma visão integrada sobre os três domínios que explicam a relação subjetividade-trabalho em cooperação nos assentamentos rurais, como a *ambiguidade*, a *imprevisibilidade* e a *processualidade*.

O domínio da *ambiguidade* refere-se a um processo de trabalho que não só depende das condições concretas e objetivas, mas que permitem aos sujeitos realizarem suas tarefas e objetivos comuns. Há, também, uma dimensão ética e subjetiva que posiciona a cooperação em um constante reconhecimento de si e do outro (Araújo & Carreteiro, 2005). Sobre esse aspecto, os relatos dos trabalhadores sugeriam que a cooperação para a construção de barracos, arrecadação de alimentos, aprendizado de técnicas de agricultura, momentos de lazer e celebrações religiosas estabelecia um espaço de “descobrimto dos sinais do outro” (Sennett, 2012). Esses espaços informais do cotidiano proporcionavam um convívio gerador de afeto, estreitando vínculos e criando modos de identificação. Contudo, a cooperação também significava intensificar os esforços para conciliar a vida pessoal e as regras (definidas pelo movimento social atuante na área – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e pelo órgão de mediação da política de reforma agrária – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra) que prescreviam a organização dos coletivos de trabalho, de participação em cursos e reuniões, e de comercialização através de cooperativas e associações. Essa carga (física e psíquica) era considerada extenuante, sobretudo, para as famílias que dispunham de menos recursos financeiros e que mais dependiam do cumprimento da regra de cooperação pelos pares, motivo pelo qual a cooperação formal também reproduzia desigualdades. Tais contradições, situadas na chamada *zona ambígua da cooperação* (Sennett, 2012), também correspondiam ao confronto entre uma prática social, necessária para organizar o cotidiano do assentamento, e as exigências situadas em uma sociedade que fragiliza, cada vez mais, a alteridade fundamental às formas mais complexas de cooperação.

O domínio da *imprevisibilidade* diz respeito à possibilidade de combinação criativa de múltiplos arranjos de cooperação, formais e informais, que não se limitam às prescrições do trabalho (Sato et al., 2008). Isso ocorria, por exemplo, quando os trabalhadores assentados elaboravam soluções criativas para rejeitar determinadas orientações dos técnicos agrícolas. Algumas dessas improvisações baseavam-se em saberes compartilhados informalmente, cuja racionalidade subjacente privilegiava menos a produtividade e mais os vínculos familiares. Por outro lado, outros arranjos imprevisíveis que resultavam dessas improvisações também contribuíam para alimentar desconfiças mútuas – entre trabalhadores e instituições – sobre o desrespeito quanto às regras e compromissos previamente pactuados. Esse descompasso abriu espaço para o que Sennett (2012) descreve como a experiência do ressentimento e isolamento. Ou, como analisava uma entrevistada sobre a frustração que sentia ao recordar estas experiências: “estamos juntos, mas estamos sozinhos, achando que o outro é o problema” (Melo, 2019, p. 211). Portanto, ainda que a cooperação vivenciada no cotidiano fosse adaptada pelos sujeitos

fora dos enquadres formais e de acordo com suas visões de mundo, era fragilizada pelos antagonismos da incessante *luta pelos lugares* (Gaulejac, 2004b) que estrutura a lógica neoliberal. Cada um é convocado a se defender e a conquistar uma existência social sempre indefinida, na qual o outro é percebido como inimigo em potencial.

Por fim, o domínio da *processualidade* remete às experiências de cooperação consideradas como partes indissociáveis dos sujeitos, que colocam o passado e o presente em constante relação. É na interseção entre sentidos e práticas, entre velhos e novos arranjos, que valores podem ser reconfigurados, conhecimentos são reexaminados, e relacionamentos ressignificados (Barus-Michel, 2004). Por isso, essas vivências, no que possuíram de erros e acertos do ponto de vista dos próprios trabalhadores, serviram de parâmetro para a emergência de outras experiências de cooperação. Como expressão desse caráter processual, os trabalhadores refletiam sobre outros vínculos de confiança, sobre as prudências necessárias para definir como, quando e com quem se pode cooperar, conforme relatava um entrevistado: “Você passa a conhecer quem é quem, com quem você pode trabalhar, com quem você vai no lugar, se pode confiar ou não pode” (Melo, 2019, p. 213). Segundo Enriquez (2004), essa seria a outra face ambígua da solidão, a possibilidade de fazer junto mesmo estando separado, de resistir contra a fragmentação do isolamento e a ilusão de homogeneidade.

Dessa forma, as trajetórias de escolarização e as trajetórias de cooperação, explicitadas nesta seção, respectivamente, nos Estudos 1 e 2, denotam atenção para com algumas especificidades da realidade latino-americana e fornecem elementos não somente para descrevê-la, mas também para propor algumas análises. Uma possível análise decorre dos pressupostos-chave elencados por Tittoni e Nardi (2011) acerca da relação subjetividade e trabalho. Articulando tais pressupostos com as informações produzidas em ambos os estudos, podemos apontar que os sentidos atribuídos ao trabalho conformam os processos de subjetivação e são produzidos nas/pelas experiências cotidianas. Além disso, apontamos os constrangimentos dos sujeitos quando tentam imprimir suas marcas na realidade, transformando a si mesmos e a seu entorno. Finalmente, apesar de os discursos apontarem para uma suposta liberdade de escolhas, estas não se efetivam em suas trajetórias laborais, seja pela via da escolarização, seja pela cooperação.

Considerações Finais

Na introdução deste artigo apontamos a possibilidade de outras perspectivas analíticas contribuírem para situações que escapam das formas organizativas mais conhecidas, dentre elas o trabalho regulado. Apresentamos, então, duas investigações já concluídas na região sudeste do Brasil que abordam realidades do trabalho urbano e rural, mas que poderiam ter aproximações com outros lugares da América Latina. Enquanto uma foi realizada em 2012 junto a recém diplomados do ensino superior brasileiro no Rio de Janeiro, a segunda foi realizada posteriormente, entre 2015 e 2019 junto a trabalhadores rurais assentados em São Paulo.

Enquanto investigações filiadas à PST, as pesquisas partem de referenciais e contextos distintos, mas que dialogam na forma de conceber o trabalho e sua concretude em um ângulo que posiciona os sujeitos nos constrangimentos da estrutura social, mas com certo poder de agência para manobrá-los. Os estudos evidenciam isso quando observamos as tentativas dos trabalhadores de se posicionarem como sujeitos de sua própria história, seja pela via da escolaridade ou pela luta política que reafirma o direito de posse de terra.

Contudo, ambos os casos também sinalizam que a condição desses/as trabalhadores/as vai se precarizando ao longo do tempo, embora nosso foco não tenha sido as políticas neoliberais em curso naquele momento. No primeiro caso, há culpabilização dos jovens pela não inserção no mundo do trabalho e, no caso do grupo de trabalhadores assentados, uma tendência a buscar isoladamente seu espaço, sem a possível solidariedade dos pares que partilham a organização de um território e enfrentam o mesmo problema. Portanto, podemos observar a tendência dos trabalhadores/as à *luta pelos lugares* (Gaulejac, 2004b), sugerindo que os constrangimentos de uma mesma estrutura social desigual e excludente estão presentes no modo como os sujeitos vivem o trabalho.

Do ponto de vista metodológico, as pesquisas também sugerem a possibilidade de explorar a subjetividade através do estudo das trajetórias, a exemplo das trajetórias laborais individuais, e das trajetórias de cooperação coletiva. A possibilidade de recorrer a ferramentas semelhantes também foi verificada em ambas as pesquisas. Entretanto, a perspectiva de pesquisa engajada em PST também requer que mesmo os recursos e percursos investigativos semelhantes sejam sempre adaptados e contextualizados às particularidades do estudo e da realidade dos trabalhadores.

Também evidenciamos na introdução a possibilidade de delimitar contribuições e limitações das referências produzidas em outras regiões, muitas vezes, distante política e epistemologicamente de nossos estudos. O fato de lançarmos mão de abordagens do Norte, por exemplo, exige um cuidado para não as assumir como explicações universais quando as balizamos com a realidade latino-americana. Portanto, esclarecemos que nos respaldamos nesses referenciais cientes de que o desenraizamento da colonialidade do saber em Psicologia, como explicam Parra-Valencia e Galindo (2019, p. 195), é um processo que pressupõe a justaposição dos saberes, “*no es una búsqueda por saberes auténticos o por culturas fijadas en el tiempo*”.

Com essa reflexão, portanto, entendemos que o artigo dialoga com o “exercício teleológico” proposto por Esteves et al. (2017): como a PST produz conhecimento e a quem ele deve servir? Coutinho (2015, p. 4), apoiada em Ignácio Martin-Baró comenta que o autor, ao pensar o trabalho, “se situa entre aqueles para quem não é possível compreender os sujeitos e os processos de subjetivação que os constituem sem analisar seus modos de trabalhar”. Nesse sentido, defendemos a realização de mais estudos capazes de caracterizar e dar visibilidade às situações concretas enfrentadas pelos trabalhadores/as, vislumbrando possibilidades de somar ao corpo de estudos em PST análises críticas sobre a precarização do trabalho em curso nas diversas regiões do Brasil, mas também presentes nos demais países da América Latina.

Como sugestão para futuros estudos, indicamos a comparação com as políticas públicas em distintas regiões e países latino-americanos. Essa temática extrapola as categorias que investigamos e apresentamos neste texto. Entretanto, considerando que mesmo com a existência das políticas públicas – em nosso caso, relativas à educação e às ruralidades – a atuação dos sujeitos em direção às atividades de trabalho segue constringida pelos jogos de poder e pelo modo de produção vigente.

Referências

- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: Aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 299-322.
- Antunes, R. L. C. (2018). *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, J. N. G. (2013). Psicossociologia do Trabalho. In F. O. Oliveira, A. M. Mendes, & A. C. Merlo (Orgs.), *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 321-326). Curitiba: Juruá.
- Araújo, J. N. G., & Carreiro, T. C. (2005). Conflito. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Lévy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 55-65). Lisboa: Climepsi.
- Barus-Michel, J. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas.
- Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C. C. (2017). Linhas paralelas: As distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 15-24.
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: As trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.
- Coutinho, M. C. (2015). Psicologia Social do Trabalho em dois tempos. In M. C. Coutinho, O. Furtado, & T. Raitz (Orgs.), *Psicologia social e trabalho: Perspectivas críticas* (pp. 2-15). Florianópolis: ABRAPSO Editora.
- Coutinho, M. C., & Oliveira, F. (2017). Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: Práticas cotidianas, processos de significações e identidades. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Petrópolis, RJ: Vozes.
- D'Avila, G. T. (2014). *Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais*. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.
- D'Avila, G. T., & Coutinho, M. C. (2019). Entre movimentos e trajetórias laborais de jovens profissionais. *Psico*, 50(2), e29659. DOI: 10.15448/1980-8623.2019.2.29659
- Decreto nº 6.096*, de 24 de abril (2007). Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI. Link
- Enriquez, E. (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.
- Enriquez, E. (2004). Da solidão imposta a uma solidão solidária. *Revista Cronos*, 5(1/2), 19-33.

- Esteves, E. G., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 49-88). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gaskell, G. (2001). Individual and group interviewing. In M. W. Bauer & G. Gaskell. (Orgs.), *Qualitative research with text, image, and sound: A practical handbook for social research* (pp. 35-56). Los Angeles: Sage Publications.
- Gaulejac, V. (2004a). Psicossociologia e sociologia clínica. In J. N. G. Araújo & T. C. O. Carreiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 35-47). São Paulo: Escuta.
- Gaulejac, V. (2004b). O âmago da discussão: Da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Cronos*, 5/6(1/2), 59-77.
- Gaulejac, V. (2005). Identidade. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy (Orgs.), *Dicionário de psicossociologia* (pp. 104-109). Lisboa: Climepsi.
- Gaulejac, V. (2014). *Neurose de classe: Trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Via Lettera.
- Gebrin, A., & Andreotti, R. (2016). Sociologia clínica e psicossociologia: A noção de implicação do pesquisador. *Teoria & Sociedade*, 24 (1), 142-157.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Nunes, C. G., & Silva, P. H. I. (2018). A Sociologia Clínica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(12), 181-199.
- Machado, M. C. Z., & Silva, M. M. (2015). Percursos formativos e identidades profissionais entre as pedagogas. *Educativa*, 18(1), 304-318.
- Melo, T. G. (2019). *Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades: A trajetória de cooperação do Assentamento Sepé Tiaraju*. Tese (doutorado), Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Carlos.
- Melo, T. G., & Scopinho, R. A. (2018). Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: Entre o idealizado e as práticas possíveis. *Revista Sociedade e Estado*, 33(1), 63-86.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (12a ed). São Paulo: Hucitec.
- Molon, S. I. (2015). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*(5a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Parra-Valencia, L., & Galindo, D. (2019). Colonialidad y psicología: El desarraigo de la sabiduría. *Polis e Psique*, 9(1), 186-197.
- Ribeiro, M. A., Oliveira, F., Bernardo, M. H., & Navarro, V. L. (2017). Práticas em psicologia social do trabalho: Pesquisa e intervenção. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia social do trabalho* (pp. 103-126). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L., Andrada, C. F., Évora, I. M. A., Neves, T. F. S., & Oliveira, F. (2011). As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63 (Spe), 2-14.
- Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: A vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicologia para América Latina*, (15). Link

- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da psicologia social do trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: Um objeto pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26(spe. 2), 4-17.
- Scopinho, R. A. (2017). A Psicologia Social do Trabalho e os trabalhadores das ruralidades. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 127-150). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sennett, R. (2012). *Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. São Paulo: Record.
- Soares, D. H. P., & Sestren, G. (2007). A trajetória socioprofissional. In D. T. Barros, M. T. Lima & R. Escalda (Orgs.), *Escolha e inserção profissional: Desafios para indivíduos, famílias e instituições* (pp. 81-96). São Paulo: Vetor.
- Tittoni, J., & Nardi, H. C. (2011). Subjetividade e trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (pp. 277-280). Porto Alegre: Zouk.
- Van Mierlo, B. C., Regeer, B., van Amstel, M., Arkesteijn, M. C. M., Beekman, V., Bunders, J. F. G., ... Leeuwis, C. (2010). *Reflexive monitoring in action. A guide for monitoring system innovation projects*. Amsterdam: Athena Institute.
- Vygotsky, L. S. (2007). O pensamento e a palavra. In L. S. Vygotsky, *Obras escolhidas* (pp. 313-373). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Zago, N. (2003). A entrevista e seu processo de construção: Reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In N. Zago, M. P. de Carvalho & R. A. T. Vilela. (Orgs.), *Itinerários de pesquisa: Abordagens qualitativas em sociologia da educação*. (pp. 287-309). Rio de Janeiro: DP&A.

Como citar:

D'Avila, G. T., & Melo, T. G. (2022). Subjetividade e Psicologia Social do Trabalho: Reflexões Teórico-Metodológicas a partir de Duas Investigações. *Revista Subjetividades*, 22(1), e11405. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i1.e11405>

Endereço para correspondência

Geruza Tavares D'Avila
E-mail: geruzadavila@furg.br

Thainara Granero de Melo
E-mail: thainaragm@gmail.com

Recebido em: 29/07/2020

Revisado em: 23/03/2021

Aceito em: 15/06/2021

Publicado online: 29/04/2022